



CPR
Exército

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS CPR - Exército

Site: <http://www.ans.pt>

e-mail: geral@ans.pt



Nº: 03/2003
Data: 25SET03

COMUNICADO

A RESPOSTA DOS SARGENTOS É FIRME E DETERMINADA

Após o tradicional período de férias que sempre leva a um abrandamento das actividades associativas, de acordo, aliás com o calendário político-institucional, a ANS e as suas estruturas de ramo começam a funcionar em pleno e não perdem tempo no retomar do anterior ritmo, dada a preocupação crescente que grassa entre os militares em geral e entre os sargentos, em particular.

Uma nota, apenas, para lamentar o verão incendiado e ardido que tivemos e para nos solidarizarmos com todas as vítimas dos incêndios da nossa tradicional incúria para a prevenção e da descoordenação que tão bem nos caracteriza. Uma palavra, talvez, pudesse aqui ser dita também, quanto à incipiente e às vezes tímida colaboração das Forças Armadas na prevenção e apoio logístico, mais do que no próprio combate, esse nitidamente da competência dos técnicos - os bombeiros - o que nos leva a questionar se também aí, não se nota a ausência duma verdadeira coordenação a nível dos agentes da Protecção Civil, na qual as Forças Armadas estão igualmente englobadas.

Voltando agora àquilo que nos traz preocupados e atentos a tanta imobilidade, a Comissão Permanente de Ramo do Exército (CPR-EX) da ANS reuniu-se para fazer uma análise da situação actual e traçar linhas orientadoras para as acções a tomar até ao final deste ano.

Duma forma breve e sem ser preciso grandes reflexões, facilmente se chega à conclusão que, num ano dedicado às Carreiras, em que o próprio MDN se declarou empenhado em avançar nessa área, chegámos a dois terços do ano corrente sem que nada de significativo fosse levado a efeito pela tutela. Entre promessas e titubeantes arremedos de normas legislativas colaterais, mas não menos preocupantes, como é exemplo o projecto referente à questão do subsídio de residência e deslocamento, que praticamente se nega aos propósitos por que se deveria reger, consignados, aliás, no próprio EMFAR, quando estabelece para o militar, o direito a residência condigna e transporte para o seu local de trabalho, tudo se processa num preocupante e atentatório silêncio, sem que a grave questão da estagnação das carreiras e da falta de perspectivas para os sargentos, mereça qualquer iniciativa governamental. Assiste-se, por outro lado, a inexplicáveis promoções no topo da hierarquia, numa acção despudorada e demonstrativa dum clima de perfeita arbitrariedade que a todos surpreende, não se notando, todavia, a mais leve intenção de atacar o problema dos sargentos com a seriedade que a situação exige.

Parece não preocupar os responsáveis o facto aberrante de se multiplicarem os casos de sargentos com quinze e mais anos de posto, totalmente estagnados nos primeiros postos duma carreira que acreditaram minimamente promissora. De sargentos que naturalmente ambicionam chegar perto do topo da carreira e que vêm os anos a passar sem que a vida que escolheram e a dedicação que nunca puseram em causa lhes preencha o vazio da frustração.

Os sargentos não compreendem o abandono a que vêm sendo votados e duvidam mesmo das intenções das entidades responsáveis, quanto ao interesse na manutenção da categoria de sargentos numas Forças Armadas progressivamente deterioradas e abastardadas por um espírito de competição que não se coaduna com o tradicional conceito de camaradagem castrense. O Governo parece obcecado pelo chamado profissionalismo das Forças Armadas, assente numa base contratual, muito mais ao jeito da flexibilidade, tão ao gosto das novas normas do código de trabalho, e relega para segundo plano os verdadeiros profissionais que julgará, talvez, obsoletos e excessivamente vinculados ao Estado.

Por tudo isto os sargentos estão preocupados e não vão deixar-se abater face à ineficácia da tutela. Os sargentos começam a perder a esperança no MDN mas não põem em causa a esperança e a força que em si próprios sentem e os vem fazendo mover, lutar e reagir, sempre que a gravidade das situações o exige.

Nesta conformidade, e em sintonia com a análise da Direcção da ANS, os sargentos vão dar resposta ao autismo demonstrado pelo Ministério da Defesa e vão, eles próprios debater a situação, procurar alternativas, estudar novas formas de exercer o seu direito à indignação, numa clara demonstração de que não aceitam situações de impasse e de imobilismo, quando o que está em causa é o seu futuro e o respeito pela sua própria carreira e progressão.

As reuniões que se vão iniciar, os debates que irão ter lugar, a mobilização a que se vai assistir, não irão certamente surpreender os responsáveis, se eles estiverem atentos, pois são eles próprios, graças à falta de resposta adequada, a causa primeira e motivadora desta reacção.

Os Sargentos de Portugal, esses sim, sempre souberam dar a resposta adequada, na justa medida daquilo que lhes é prometido e não cumprido. E não tem sido por falta de contributos, nem por ausência de diálogo e disponibilidade que, quem quer que seja, nos pode acusar de falta de cooperação.

Só não cooperamos no nosso próprio entorpecimento. Queremos continuar vivos e a lutar!

Lisboa, 25 de Setembro de 2003
A Direcção